

Uma História Militar Amistosa

NATALIA VIAL DE OLIVEIRA*

Infere-se, assim, que a tarefa última das liturgias de recordação é gerar coerência e perpetuar o sentimento de pertença e de continuidade, num protesto, de fundo metafísico, contra a finitude da existência, ou melhor, contra o esquecimento, essa antecipada prova de que o homem caminha para a morte.

Fernando Catroga

O ano de 1996 marcou os sessenta anos de fundação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (doravante IGHMB). Nesse mesmo ano, representantes dos estabelecimentos de ensino do Exército elaboraram o “Projeto História Militar”. Esse projeto contou com a participação de membros do IGHMB. O editorial da revista do IGHMB, na edição comemorativa dos sessenta anos do instituto, trouxe ainda mais informações acerca dos investimentos em prol da produção de uma história institucional.

Criado em fins de 1996, o Conselho de História do Exército, subordinado à DAC – Diretoria de Assuntos Culturais – é um órgão de assessorias no domínio da História, especialmente a militar e a do Exército, sempre com vistas à preservação da memória da Força. Integram-no 18 civis e militares e, entre seus membros natos, está o presidente do IGHMB. O Conselho e o Instituto mantêm ligação com a USP – Universidade de São Paulo, onde se desenvolve um projeto sobre Caxias, com a participação de militares. Espera-se que nela tenha lugar o primeiro curso de História Militar do Brasil. (RIGHMB, 1996:8)

Essas instituições voltadas para a história teriam o papel de contribuir, ainda que anonimamente, “para a interpretação e solução dos problemas nacionais, mediante o estudo dos fatores geográficos, históricos, sócio-políticos e econômicos” (RIGHMB,1996:8). O IGHMB, fundado em 1936 e em plena atividade no ano de 1996, seria a mais antiga dessas instituições. O presidente do instituto, em 1996, afirmou ainda, estar trabalhando em continuidade com aqueles que, em 1936, criaram o instituto elencando como principais articuladores do estabelecimento a manutenção da memória nacional através do culto patriótico do passado e a profissionalização da história. O presidente em 1996 afirmou ainda

* Mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Doutora Adriana Barreto de Souza. Bolsista Capes.

que a realização do trabalho do Instituto se fazia “sem ideias preconcebidas, sem distorções ideológicas, facciosismos e ufanismos, para que as gerações do futuro se beneficiem desse labor silencioso”. (RIGHMB, 1996: 8)

Atualmente é possível recuperar no sítio eletrônico do IGHMB seus objetivos:

“manter viva a memória nacional; realizar pesquisas, estudos e investigações sobre fatos, personalidades e episódios históricos; manter seu quadro social atualizado quanto a conjuntura nacional e internacional, evolução do pensamento estratégico e as ameaças reais ou potenciais a Nação Brasileira; Incentivar o estudo da Geografia, da História Militar, da Estratégia e da Geopolítica, nos estabelecimentos de ensino militares e civis de terceiro grau, nos níveis de graduação e pós-graduação”¹

Tal como em 1936, a memória nacional continua a ser um dos objetivos da instituição a ser pesquisada. Isso é interessante porque demonstra a preocupação com uma política de preservação de suportes coletivos, de referenciais institucionais. Uma necessidade de preservação que é estratégica, pois ao selecionar e salvar referências do esquecimento, ou do desaparecimento, criam-se também identidades. Assim, o incentivo a estudos acerca de personalidades e fatos históricos ganha sentido, pois permite a uma instituição oferecer a seus integrantes referenciais eficazes para a manutenção e reelaboração de suas identidades, elementos através dos quais se reconheçam como pertencentes de um grupo no espaço social, como atores sociais. (CATROGA, 2009: 24)

Este capítulo focaliza a história militar, enquanto fruto da ação humana, no tempo. Já que a história militar, principalmente a do Brasil, foi considerada pelos fundadores do IGHMB como fator essencial para que se desenvolvesse a doutrina militar e os processos de combate, em todos os níveis, desde o aluno do colégio militar, passando por praças, cadetes, até os mais altos postos da hierarquia militar. (R.IGHMB, 1996: 8) O que nos interessa é a história militar praticada no IGHMB, por seus fundadores, nos anos iniciais de sua existência (1937-1945). O período por nós selecionado se justifica pelo fato de que, durante o Estado Novo, o Exército se colocou como elemento fundamental de afirmação e defesa do regime. Segundo José Murilo de Carvalho (2005: 64), o ano de 1937 marca a vitória de um projeto articulado por um setor do Exército que visava mudanças na estrutura interna da organização

¹ Disponível em <http://www.ighmb.org.br>.

* Mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Doutora Adriana Barreto de Souza. Bolsista Capes.

militar, bem como nas suas relações com o Estado e a sociedade.

A hipótese com a qual trabalhamos nesse capítulo é de que um dos instrumentos utilizados para “modelar condutas” no interior do Exército, em um momento onde se forjava uma doutrina unificadora para a Instituição, foi o ensino de história. A história praticada e ensinada no Instituto deveria ser pautada na valorização dos exemplos de civismo dos construtores da nacionalidade para que se criasse a “mística da pátria”, formando e fortalecendo o cidadão para a defesa da mesma. Para o coronel Emilio Fernandes de Souza Docca, o redator do programa do instituto e um dos fundadores da instituição, a história teria uma função “primitiva e cruel” de provocar guerras. O programa do instituto pregava que a história deveria perder cada vez mais essa função primitiva se transformando em um vínculo, uma “força de aproximações constantes e amistosas”. A história ensinada dessa forma seria “um alicerce onde a solidariedade poderia repousar tranquilamente”. (DOCCA, *RIGHMB*, 1941: XIV)

A Construção de um passado. A construção de uma política do Exército.

O general Pedro Aurélio de Góes Monteiro afirmou em obra escrita após a revolução de 1930, que o Exército por ser uma organização nacional, deveria desenvolver política própria. Em frase que se tornou famosa, o general afirmava que “a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército” (MONTEIRO, s/d: 163). Diversas instituições culturais foram criadas no interior das Forças Armadas durante a década de 1930. O Arquivo do Exército, criado em 1934, a Editora Biblioteca do Exército, criada em 1937, e o IGHMB, fundado em 1936, corresponderiam ao que o presidente do IGHMB no ano de 1996, o então coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, a um “tripé” cujo objetivo era desenvolver um centro de excelência de pensadores militares nacionais (RIGHMB, 1996: 5).²

² A ideia de que essas instituições estivessem ligadas não deve ser ignorada. Ainda que, formalmente, nada ligue o Exército à criação do IGHMB. Hoje, a Instituição se define como civil, sem fins lucrativos. No entanto, ainda buscamos saber se essa era a natureza da instituição nas décadas de 1930 e 1940, pois encontramos indícios de que o IGHMB passou a receber, a partir de 16 de maio de 1941, uma subvenção do governo no valor de dez contos de réis para despesas administrativas. Cf. *RIGHMB*, Ano 56, nº82. 1996. p.5. A ligação entre as instituições podem ser percebidas em suas publicações, pois, algumas conferências realizadas no IGHMB eram publicadas, em forma de texto, pela Biblioteca Militar. Um exemplo é a conferência do Dr. Castillo Goycochea sobre “O Espírito Militar na questão acreana”, publicado em volume mensal pela Biblioteca * Mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Doutora Adriana Barreto de Souza. Bolsista Capes.

Devemos considerar o caráter das justificativas apresentadas para a fundação do IGHMB. O primeiro ponto a ser destacado foi o movimento de especialização da História, que ao trazer novas metodologias de pesquisa e interpretação, exigia a existência de um lugar onde a temática militar pudesse ser tratada de maneira sistematizada, contribuindo profissionalmente com a obra de futuros historiadores. O segundo ponto salientava o caráter pedagógico da história militar que, segundo o então capitão Severino Sombra de Albuquerque, seria o ensinamento mais fecundo dos chefes militares ao possibilitar lições políticas, táticas e estratégias de campanhas passadas. Ainda nas palavras de Severino Sombra, a história de um Exército seria a melhor explicação do seu presente e o fulcro da sua evolução. O terceiro enfatizado pelo então secretário era sustentado por um argumento menos profissional e mais claramente político, se pautando na crença de que a afirmação e a sobrevivência dos povos se fariam através de uma “personalidade nacional” que se manteria, se manifestaria e se reproduziria de geração para geração por meio da “continuidade histórica”. Sob essa perspectiva, Severino Sombra afirmou que o esquecimento do passado e as rupturas com a tradição desencadeariam em um processo de “descaracterização dos povos e na sua assimilação por outros povos”, enfraquecendo assim, o organismo social. (R.IGHMB, 1941: 78)

Após a exposição das justificativas, Severino Sombra afirmou que a “grave situação social” atravessada há pouco tempo exigia uma reação imediata e forte do Estado. Reação essa que deveria se dar através do cultivo de “fatos gloriosos” e figuras heroicas” do passado:

Mais do que qualquer outro organismo nacional, neste momento de agitação social, o Exército e também a Marinha precisam manter a tradição histórica – mais sadio alimento do patrimônio. Nesse sentido, nossa Sociedade vem preencher sensível lacuna, prestando inestimável serviço às Forças Armadas e ao Brasil. (R.IGHMB, 1941: 78)

A reunião de fundação do IGHMB ocorreu apenas dez meses após os levantes de novembro de 1935, denominados pelos militares de “intentona comunista”. O “momento de agitação social” ao qual se refere Severino Sombra certamente era uma alusão aos levantes. Esse conjunto de eventos foi crucial para desencadear um processo de institucionalização de uma ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas. (CASTRO, 2002: 49)

Militar. No terceiro volume da Revista do IGHMB só podemos recuperar o debate que seguiu-se a essa conferência, dirigido pelo coronel Luiz Lobo.

* Mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Doutora Adriana Barreto de Souza. Bolsista Capes.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

O programa do Instituto, exposto pelo coronel Souza Docca no ato inaugural do IGHMB, em 1938, traz alguns temas que nos ajudam a compreender como esses militares pensavam a sua relação com a nação. Essa relação é para nós importante porque a “história militar”, como já exposto na fala dos militares citados, serviria de forma a alimentar a aproximação do Exército com a nação. A “pátria” estaria inserida em uma marcha em prol da realização de seus grandes destinos. Os anseios de uma “sã brasilidade” seria o motor da marcha empreendida pela nação que exigia “a cooperação corajosa, inteligente e esforçada de todos os seus filhos.” Os militares envolvidos na criação do IGHMB seriam os responsáveis pela orientação dessa marcha. Como se lê:

Em todas as fases da história se precisa de uma orientação: seja pela fé, pela espada, pela ciência ou pela ideia (...) Todas as diversas individualidades, átomos físicos, células viventes, unidades humanas, ficam sem efeito se as suas ações não forem provocadas e canalizadas por forças diretoras. Não importa que os elementos considerados pertençam ao mundo físico ou social – para orientá-los são sempre necessários agentes diretores. (R.IGHMB, 1941: IX)

Assim como a nação, o próprio IGHMB estaria em marcha. O coronel Souza Docca destacou que o grupo criador do IGHMB tinha por convicção que as ideias não se impulsionam, não se movimentam nem caminham, fazendo uma analogia com “águas paradas”, que pela inércia perdem suas qualidades vitais e apodrecem. O IGHMB, na visão desses militares, era uma “ideia em marcha” devendo ser impulsionada pelo idealismo, pela fé, pela esperança e pelo amor ao Brasil.

O programa do Instituto o destacou como um “elemento de defesa da nacionalidade”, já que a história seria, na concepção dos atores em questão, o elemento preponderante na formação do caráter nacional. Na avaliação de Souza Docca, o descuido em relação à história corresponderia à “anulação da personalidade do Exército, à perda do sentido de sua nacionalidade” (DOCCA, RIGHMB, 1941: XII).

Esse projeto de uma história sem discórdias não ficou restrito ao espaço do IGHMB. O coronel Souza Docca informou que no ano de 1936, a cadeira de História do Brasil não existia nas escolas estando seu ensino dissolvido na História Geral. O coronel Docca salientava a importância de a constituição outorgada em 10 de novembro de 1937, por Getúlio Vargas, estabelecer a obrigatoriedade do ensino cívico nas escolas primárias e secundárias de todo o

* Mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Doutora Adriana Barreto de Souza. Bolsista Capes.

país. Para o coronel Souza Docca, a instituição do ensino cívico nas escolas foi o meio mais seguro, mais prático e mais eficiente de se formar “cidadãos prestimosos e conscientes”. (DOCCA, RIGHMB, 1941: XIV).

Por último, o programa do IGHMB apontava para sua criação como sendo um “ato de patriotismo”, destacando o preceito do primeiro artigo do estatuto do instituto que evocava o impulsionamento e a manutenção do “culto patriótico dos vultos e fatos gloriosos” do passado militar.

Sabemos todos que no culto pelo passado é que existe a forma mais significativa, mais real, mais produtora, de manter a grandeza moral da nação, porque, como já acentuou alta autoridade, “é a recordação do passado que constitui a nacionalidade de um povo” e Homero, 1000 anos antes de Cristo, já ensinava que nada deveríamos poupar para honrar os nossos grandes mortos.

Como podemos observar, os objetivos do IGHMB não são restritos para o corpo de oficiais das Forças Armadas. Fica patente que o interesse não se restringe em pensar somente o Exército, mas evitar a “ruptura da tradição em todo o organismo nacional”. A preocupação exacerbada com a assimilação por outros povos e com a descaracterização do povo brasileiro pode ser entendida se atentarmos para a maneira como, por exemplo, o comunismo era retratado pelas forças de direita. Em mensagem apresentada ao poder legislativo em maio de 1936, o presidente Getúlio Vargas inicia seu discurso salientando que nada há de comum entre as “aspirações do povo brasileiro e as ideologias extremistas e exóticas”. No esforço de demonstrar a distância do comunismo com os referenciais da nação, Vargas recorda que a “junta diretora do movimento subversivo de 1935” continha cinco membros, dos quais, somente um era brasileiro, em referência a Luís Carlos Prestes, afirmando também que os planos para o Brasil foram forjados no estrangeiro e custeados por estrangeiros. (EM GUARDA, 1938:11)

Rodrigo Motta afirma que o presidente Getúlio Vargas saiu fortalecido dos levantes ocorridos em 1935, que acabaram por contribuir para reverter a situação de instabilidade e fragilidade política vivenciada pelo governo. Dois anos após os levantes, Vargas instaurou a ditadura do Estado Novo respaldado no compromisso anticomunista (MOTTA: 2002, 196).

* Mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Doutora Adriana Barreto de Souza. Bolsista Capes.

O comunismo seria, portanto, uma das doutrinas consideradas nocivas à ordem interna da instituição e também à ordem interna da nação. O alto comando do Exército tratou de promover o que os relatórios do Ministério da Guerra do período chamam de “preparação ideológica e educação social”, no interior do Exército. Acreditamos que o IGHMB foi peça fundamental nessa preparação ideológica. Não por acaso, em março de 1934, o capitão Severino Sombra de Albuquerque, apontado em diversas fontes como o maior empenhado na criação do IGHMB, já apresentava um relatório ao Ministério da Guerra onde sugeria que duas medidas eram imprescindíveis para que o Exército fosse capaz de desempenhar suas incumbências: a primeira ação seria ele mesmo, o Exército, defender sua personalidade, organizando uma contra ofensiva sobre o comunismo, enquanto que a segunda medida deveria ser a confecção urgente de um plano geral de educação patriótica e social que pudesse ser capaz de atingir militares de todos os postos e funções. Sombra conclui que essas medidas são capazes de “criar no Exército uma forte consciência coletiva perfeitamente homogênea”.³

A partir do que foi exposto anteriormente, podemos pensar em uma “história do IGHMB” partindo da premissa de que os empreendimentos culturais correspondem a uma dimensão da política. Isso significa que o IGHMB deve ser analisado como um *locus* de intervenção onde a política se manifesta nas práticas da instituição, levando em conta a afirmação de que a construção e a reconstrução do passado é um processo que possui uma forte relação com o presente. (BOURDIEU, 1989)

Devemos, portanto, questionar o caráter desprezioso da história que os escritores militares afirmam produzir no interior do IGHMB. O que se publicava nas páginas da Revista do Instituto estava longe de ser uma história sem ideias preconcebidas e imune à distorções ideológicas, facciosismos e ufanismos. Em suma, estava longe de ser uma história sem discórdias, ou a história amistosa tal como a nomearam.

Para que o Instituto pudesse alcançar sua finalidade – promover o desenvolvimento dos estudos de Geografia e da História Militar do Brasil e o culto patriótico dos vultos e fatos

³ Esse relatório pode ser lido no livro *Em Guarda contra o comunismo*, coletânea de vários autores publicada em 1938 pela Biblioteca Militar. O Plano de educação patriótica do Exército foi elaborado pelo capitão Severino Sombra de Albuquerque a pedido do general Góes Monteiro no ano de 1934, e está disponível no Arquivo Nacional. *Fundo Góes Monteiro*, Notação 684.1 – Série 4 – Produção intelectual de terceiros.

* Mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Doutora Adriana Barreto de Souza. Bolsista Capes.

gloriosos do seu passado - o estatuto do IGHMB previa, entre outras coisas, a edição de uma publicação periódica, que seria distribuída entre os sócios de todas as categorias, gratuitamente.

Apesar de o IGHMB ter sido fundado no ano de 1936 e instalado oficialmente em 1938, o primeiro número da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil foi lançado em outubro de 1941, afirmando-se como uma publicação de periodicidade trimestral. No entanto, até 1943, ela é publicada anualmente, possuindo apenas três números. A partir desse ano, a periodicidade passa a ser semestral, seguindo de fato essa indicação nos números publicados posteriormente.

Para atendermos aos limites dessa apresentação nos concentramos na análise das biografias editadas na Revista do IGHMB, no período de 1941 a 1945, por ter se mostrado, durante uma apuração dos dados, a categoria com maior espaço nas publicações do Instituto, já que no total de 65 artigos publicados no período, 33 eram biografias, pouco mais de 50 % do total. Atentos aos limites selecionamos as biografias escritas por sócios fundadores do IGHMB.

História Militar e Biografia: Causas que enaltecem inocentes e silenciam culpados.

O programa do instituto, lido no ato inaugural do IGHMB, em 1938, e publicado no primeiro número da Revista do Instituto, de autoria do então coronel Emílio Fernandes de Sousa Docca, nos fornece pistas de como a história militar seria tratada no IGHMB.

Após citar a existência de notáveis estudos sobre as campanhas em que o Brasil lutou, o coronel localizou uma carência, afirmando não haver “uma história militar propriamente dita”. Essa história militar, composta por narrativa histórica e parte técnica, deveria ser precedida das causas determinante da guerra. Em suas palavras:

É indispensável um estudo a fundo dessas causas, visto que elas esclarecem e justificam atitudes, nos instruem sobre a finalidade dos beligerantes e fornecem elementos para ajuizarmos, com segurança, da responsabilidade de cada um.

Quando no século 19 se acentuou o caráter científico da história, pelo emprego de novos métodos na crítica dos documentos e na exposição dos fatos, as causas determinantes dos eventos passaram a ser objeto de cuidadosas e bem orientadas investigações. (DOCCA, RIGHMB, 1941: IX)

* Mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Doutora Adriana Barreto de Souza. Bolsista Capes.

É contundente a forma como se refere à finalidade da pesquisa histórica. O autor cita diversas vezes, a necessidade de se julgar os acontecimentos a partir do julgamento dos atos humanos. O que demonstra que a história, ou a pesquisa em história estaria relacionada com um tribunal, onde as ações dos homens, por si mesmas, não teriam nenhuma utilidade. Para que fossem relevantes, essas ações deveriam expor suas finalidades. Como se lê:

Desprezar no julgamento dos atos humanos a investigação de seus objetivos, é incorrer na falta grave de que Bovio, com veemência e fundamento, acusa a Escolástica, quando esta qualifica as ações dos homens em si mesmas, sem nenhuma filiação às suas finalidades.

“Quem mata para furtar – é um assassino; quem mata para salvar a si mesmo – é um inocente; quem mata para defender a pátria – é um herói: três homicidas, não três culpados”.

“Quem mente para cumprir o destino de um povo – é Moisés; quem mente para salvar um amigo – é Pilades; quem mente para roubar uma herança – é um jesuíta: três mentirosos, não três culpados”. (DOCCA, RIGHMB, 1941: X)

A investigação das causas, como base da escrita da história, já vinha sendo posta em prática por Souza Docca no ano de 1919, ano de publicação da obra *Causas da guerra com o Paraguai: autores e responsáveis*. Na referida obra, como já indicam o título e o subtítulo, o autor aponta as causas que forçaram o governo imperial a aceitar a luta, afirmando que não coube ao governo brasileiro outra forma de ação. Dessa forma, a responsabilidade da guerra não poderia ser do governo imperial. A conclusão, ou o veredito, é que Francisco Solano Lopez “foi o causador, provocante e autor, devendo por isso ser considerado como o maior réu do grande crime que foi aquela guerra” (DOCCA, 1919:10) Em sua *História do Rio Grande do Sul* Souza Docca, após extensa apresentação dos precedentes do choque armado de 1893, conclui afirmando ser a revolução um capítulo doloroso dos anais do Rio Grande, e por isso, merecia condenação, e que a condenação seria feita com o silêncio acerca dos seus acontecimentos. (DOCCA, 1954: 296) Demonstrando assim que memória e esquecimento se exigem reciprocamente. (CATROGA, 2009: 19)

Como já expusemos aqui, o tipo de escrita mais praticado nas páginas da revista do IGHMB foi a biografia. A noção de história pensada por esses homens como um espaço de justiça, pode nos sugerir que os nomes aos quais se dedicam espaço nas páginas da publicação fossem dignos do “culto” que o IGHMB tinha como finalidade prestar aos seus “grandes

mortos.” Enquanto que os nomes que não aparecem relação entre memória e esquecimento pode ser trabalhada. No terceiro volume da RIGHMB, publicado em 1943, destacamos uma biografia dedicada ao almirante Francisco Cordeiro Torres Alvim, feita pelo almirante Henrique Boiteux, um dos fundadores da agremiação. Nessa biografia é possível vermos o tom da proposta de uma história militar voltada para a edificação do civismo. (RIGHMB, 1943a: 25)

Boiteux afirma, já na introdução do seu discurso, que é por meio do culto à memória dos beneméritos, onde se forma o coração da nacionalidade. Isso incumbiria aos biógrafos, o dever de relembrar aqueles que “apararam os golpes atirados à nossa pátria”.

Ao citar a desistência do barão de Iguatemi em concorrer a uma vaga no senado por ter como adversário o chefe da divisão naval em Montevidéu, Jesuino Lamego da Costa, alegando não querer hostilizar um homem que havia prestado tantos serviços à pátria, o biógrafo afirma que

Belo exemplo moral, que serve de fogo a muita gente. Eram militares que não cometiam crimes de lesa-pátria entregando-se ao personalismo político partidário, deixando de concentrar seus pensamentos individuais nos altos interesses pátrios. (RIGHMB, 1943: 25)

A biografia empreendida por Boiteux preencheu vinte e sete páginas da revista e seguiu uma ordem que vai do nascimento do barão de Iguatemi, em 1822, até a sua morte, no ano 1882, demonstrando uma maneira de se pensar o tempo, ou a cronologia como sendo natural, e não fruto de uma operação. Essa maneira de se “narrar a vida” é comum nas demais biografias publicadas no período.

É no relato da morte de Alvim onde vemos se movimentar a frágil fronteira entre um objeto passado e uma práxis presente. (CERTÉAU, 1982: 48)

O relato da morte de Alvim se dá da seguinte forma:

E, assim, meus Senhores, como vai desaparecer a monotonia e o tédio em que vos mantive por tanto tempo, graças à vossa gentil e reconhecida indulgência, não tardou o desaparecimento do astro de tão luminosa irradiação. Cercado de seus parentes, depois de beijar um netinho que muito amava, recomendou-se a Deus e caiu em uma modurna, no meio da qual perguntou ao seu irmão, o coronel João Alvim: Já se acabaram as guerras? Deixem-me dormir e dormiu para sempre

lembrado por aqueles que levam a repetir QUE REVIVER FATOS DE PASSADO GLORIOSO PARA QUE NÃO SE GASTEM E FIQUEM ESQUECIDOS NOS EMBATES E ESTRÉPIDOS DA VIDA QUOTIDIANA É CUIDAR DO FUTURO. UMA NAÇÃO QUE PERDE SUAS VIRTUDES MILITARES FICA A MERCÊ DE SEUS INIMIGOS. ELAS NÃO VICEJAM NA TENDA DO OPERÁRIO. (RIGHMB, 1943:38)

Como de praxe, as alocações realizadas nas sessões do IGHMB eram sucedidas por uma réplica. Geralmente, um dos sócios era previamente selecionado para “debater” a exposição. No caso da biografia do almirante Henrique Boiteux, em homenagem ao barão de Iguatemi, o coronel Luiz Lobo, também um fundador da agremiação, foi o sócio debatedor da alocação. O coronel iniciou sua fala ressaltando que o IGHMB era uma “casa de soldados - Soldados velhos que não esqueceram a disciplina com o tempo; soldados novos que nem mesmo tempo têm para esquecê-la”. Segundo o coronel, estar ali e participar dos debates proporcionava aos demais, um exemplo de disciplina.

O coronel Luiz Lobo destacou que os trabalhos de cunho biográfico, como o realizado pelo almirante Henrique Boiteux, não eram os mais propícios aos debates acadêmicos, pois não estariam sujeitos às controvérsias ou a interpretações diferentes, pois corresponderiam a “verdadeiras monografias sobre a vida de um vulto de mérito excepcional, composta à luz de documentação abundante e minuciosa. Isso demonstra que, para o coronel, a história era pensada como uma categoria fixa, não devendo ser “deformada”, antes, suas “verdades” não podendo ser apagadas, sob o risco de se perder o rumo, provocando confusão nos tempos históricos. (RIGHMB, 1943a: 40)

O coronel ressaltou também que os fatos narrados pelo almirante já haviam sido estudados quando ocorridos e que, tal como um caso encerrado, já estaria concluído o juízo para a posteridade. E esse juízo tinha um caráter definitivo.

Há também uma importante relação destacada pelo coronel Luiz Lobo, que se observa também no discurso de Sousa Docca no programa do instituto: a preocupação com quem estaria produzindo essa história, esse culto. Luiz Lobo enfatizava que o biógrafo e o biografado precisavam estar à mesma altura. Caso contrário, seria impossível entender o biografado dentro de sua época. Segundo o coronel, “a paixão profissional do almirante Boiteux por Iguatemy, enche o esboço biográfico de um grande clarão patriótico”.

* Mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Doutora Adriana Barreto de Souza. Bolsista Capes.

Interessante percebermos que a paixão que aproxima o autor do presente ao objeto passado é de natureza “profissional” e não ideológica. Essa relação manteria viva a chama do “espírito militar que nem os gelos da velhice conseguiram apagar”. Em suas palavras:

Este debate não tem o objetivo de repetir aos vossos ouvidos as glórias conquistadas pela capacidade e pela bravura do almirante Torres Alvim. Mas se a História é ainda a grande mestra da vida, se é, não uma disciplina volúvel que se deforma no conceito de gerações sucessivas, como agora se a concebe, mas um livro aberto de verdades inapagáveis, o que devemos aproveitar dela são as lições, são os exemplos que derivam de seu conteúdo intangível, são as diretrizes que o passado pode traçar ao presente e ao futuro, dentro da relatividade fatal do tempo e da evolução social. (RIGHMB, 1943:40)

Ao lermos as biografias realizadas no IGHMB, temos a impressão de que mais que um espaço voltado para o desenvolvimento de trabalhos de cunho histórico, os sócios do IGHMB se dedicavam a uma espécie de hagiografia. (LEVILLAIN *in* REMOND, 2003). Os biografados eram retratados como dispostos a qualquer sacrifício e imunes a qualquer sentimento de reconhecimento, e por vezes, os biógrafos se referiam às suas palavras como sendo um culto aos biografados. A escolha por esse tipo de abordagem remete a uma dimensão política da recuperação do passado. E, mesmo que os autores dessas “histórias” afirmem a necessidade de uma história imune aos pendores políticos, o que se demonstra, sem disfarces, é a forte dependência da história produzida no IGHMB com o poder instituído.⁴

Também podemos acrescentar ao caráter hagiográfico dessa história militar, um caráter retórico-poético, pois, a forma do texto parece responder a regras de formulação voltadas para a qualidade da oratória, não perdendo de vista que as ações humanas são moralmente julgadas diante de um grupo de ouvintes (TEIXEIRA, 2008: 551-568).

Selecionamos para este trabalho um último texto, publicado no quarto volume da RIGHMB, também no ano de 1943. Diferente dos outros textos, esse foi originalmente proferido em um local distinto do IGHMB, na Escola Militar, em ocasião da comemoração do centenário do nascimento do marechal Floriano Peixoto. O pronunciamento, de autoria do então tenente-coronel Jonas Correia, intitulado “*Deve-se a Floriano a implantação do regime*

⁴ Pensamos aqui no IGHMB como uma expressão coletiva de memória atuando como um instrumento do poder através da seleção do que se recorda e do que, consciente ou inconsciente, é silenciado. Para Catroga, a memória e a instância capaz de construir e cimentar identidades, e caberia à sua dimensão coletiva operar a seleção. CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho no tempo*. *Op cit.* p. 47.

* Mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Doutora Adriana Barreto de Souza. Bolsista Capes.

republicano?” foi apresentado na revista do Instituto como uma “oração”.

Mais uma vez, o marco inicial é o nascimento do biografado, onde se demonstra a crença do autor em um destino manifesto, e opulentando, novamente, uma forte marca retórica. O nascimento é assim narrado por Jonas Correia:

No ano de 1939, em terras alagoanas, um grito de criança ecoava, sem alvíscaras, numa pobre mansão rusticana. E nascia, para um destino singularíssimo, aquele a quem os homens batizaram de Floriano Peixoto e para quem a história reservara o agnome inconspicível de Marechal de Ferro. (RIGHMB, 1943b: 91)

Apesar da aparente crença no destino manifesto, o que se segue na narrativa parece conformar um paradoxo, ao passo que ao mesmo tempo em que suscita uma predestinação, destacando sua sensação de que a instauração da república em 1889 não poderia ter se dado de outra maneira, o autor coloca a possibilidade efetivada na responsabilidade de um homem.

Nosso argumento, expressão verbal do nosso raciocínio, vai concluir indubitavelmente, acasalando os elementos que a História nos fornece, para deles concluir, como verdade imediata, que a República no Brasil é devida a Floriano.

O conceito de predestinação é subjetivo, mas só a realidade o verifica. Ora, em fins de 1888, Floriano se entregava às repousadas fainas da lavoura, num engenho de sua propriedade, em Alagoas, quando recebeu cartas da corte. Leu-as, ponderadamente. E depois, exclamou para os circunstantes, amigos e aparentados: “Não posso mais demorar-me aqui. Minha presença torna-se necessária no Rio”.

Eis aí. O homem sente – e Floriano o sentia, por sem dúvida – essa imposição interior de seguir o seu fadário. Era a convocação do destino, a que ninguém se esquiva (...) Chegando a corte, sua ação é por demais conhecida. Todos se permitiram apreciá-la de formas diferenciadas, consoante as tendências de cada um. Ele, entretanto, - só ele! – agia com o instinto superior dos predestinados... Temos a impressão, hoje, de que não se poderia ter conduzido de outra maneira. E a República foi implantada no território nacional, a 15 de novembro de 1889, porque houve um homem que possibilitou o seu advento: este homem – foi Floriano. (RIGHMB, 1943b: 92-93)

Esse aparente paradoxo pode ser resolvido caso aceitemos que, diferente da concepção herdada da historiografia grega, onde biografia e história estariam claramente separadas, na narrativa aqui empreendida pelo tenente-coronel, tanto o gênero biográfico quanto a já alçada à disciplina histórica se mesclaram, misturando personalidade e circunstâncias. O resultado, um veredito pautado em “elementos fornecidos pela História”, primando, contudo, por elementos panegíricos. (LEVILLAIN *in* REMOND, 2003: 147).

A conclusão a que chegou Jonas Correa é a mesma que anunciou no início de sua

* Mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Doutora Adriana Barreto de Souza. Bolsista Capes.

“oração”. Ao findar seu texto com o relato da morte de Floriano Peixoto, afirmou que a vida do homenageado se traduzia no verbo servir, e que o teria feito até sua morte. Essa ânsia de servir à sua pátria seria o seu legado, a sua mais bela e pura lição. (RIGHMB, 1943b: 94)

O que podemos extrair dessa breve exposição é que os biografados foram representados como arquétipos visando não somente o louvor pelo louvor, antes investindo em uma história militar com um forte viés doutrinário. Não só um espelho para os militares, mas para a nação que se desejava erigir. A história militar, tal como produzida no IGHMB, foi posta em ação como um elemento de criação de uma consciência de aceitação e apoio a ordem estabelecida, fazendo assim com que seus esforços em rememorar personagens e fatos se traduzissem, em última instância, em fazer política.

Bibliografia

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho no tempo*. Coimbra: Almedina, 2009.

“Sessenta anos de IGHMB” R. *IGHMB*. Ano 56, nº82. 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2005.

CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

Coletânea. *Em Guarda: Contra o comunismo*. Rio de Janeiro: Bibliotheca Militar, 1938.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DOCCA, Emilio F. Souza. “Nosso Programa”. R. *IGHMB*. vol 1, Rio de Janeiro, 1941.

DOCCA, Emilio F. S. *Causas da guerra com o Paraguay: autores e responsáveis*. Porto Alegre: Americana, 1919.

DOCCA, Emilio F. S. *História do Rio Grande do Sul*. Sl: Ed Simões, 1954.

LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: REMOND, René (org). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Andersen editores, s/d.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O anticomunismo no*

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

R. IGHMB. vol 1, Rio de Janeiro, 1941.

R. IGHMB, Vol III, Rio de Janeiro, 1943.

R. IGHMB. Vol IV, Rio de Janeiro, 1943.

R. IGHMB. Ano 56, nº82. Rio de Janeiro, 1996.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. “Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história” In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n 40, 2008. pp. 551-68.